



“OI, PESSOAL QUE TEM ÚTERO!”: TENSÕES DISCURSIVAS SOBRE CORPOS FEMININOS EM AMBIENTE DIGITAL¹

Nathália Fonseca²

Lorena Esteves³

Elias Serejo⁴

RESUMO

No presente artigo, analisamos os sentidos produzidos e mobilizados por seguidoras – na plataforma Instagram da jornalista e youtuber Julia Tolezano (do canal Jout Jout Prazer) – acerca de um slogan publicado pela youtuber, que dizia “Oi, pessoal que tem útero!”. A publicação suscitou intenso debate entre ativistas que defendiam, sobretudo, dois posicionamentos: um que dialoga com uma perspectiva feminista conservadora e outro que reivindica um feminismo mais amplo e incluyente, abarcando as sexualidades dissidentes e identidades de gênero. Como resultados, observamos que as mulheres que mobilizavam argumentos da corrente feminista conservadora, ao tentar defender sua perspectiva, se mostraram pouco abertas ao diálogo e suficientemente dispostas a reverberar discursos preconceituosos contra transexuais.

Palavras-chave: Feminismos; Sexualidades; Gênero; Comunicação; Ativismo Digital.

INTRODUÇÃO

A jornalista Julia Tolezano, que atende pela alcunha de Jout Jout, possui um canal no Youtube de amplo alcance (JoutJoutPrazer)⁵ – atualmente com mais de 2 milhões de inscritos e uma média de 300 mil visualizações em cada vídeo – sendo reconhecida por abordar temáticas plurais que vão de relacionamentos afetivos, prazer sexual até questões de beleza, análises musicais e literárias, dicas comportamentais e política.

Em 18 de dezembro de 2014, JoutJout publicou “Vai de copinho”, vídeo com 1.518.465 visualizações e 1.450 comentários, no qual a youtuber fala sobre os benefícios do uso do coletor menstrual⁶, inaugurando o debate acerca do tema em seu canal. Tematizando publicamente uma questão compreendida como concernente à esfera íntima, Julia não apenas

¹ Este trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (PPGCLC/Unama), integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA), email: s.nathaliafonseca@gmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação Comunicação Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA), email: estevesjornalismo@gmail.com;

⁴ Doutorando do Curso de Pós-Graduação Comunicação Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA), email: eliasantos1001@gmail.com;

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer/featured>>.

⁶ Um produto desenvolvido para substituir absorventes descartáveis, reduzindo seu impacto ambiental. Para saber mais: <<https://www.youtube.com/watch?v=33lspg6LQBY&t=2s>>



esfumaça a fronteira entre público e privado, na perspectiva de Susan Okin (2016), mas também demarca a relevância de discussões que contemplem temas compreendidos socialmente como tabus, mas que dizem respeito a uma coletividade e, portanto, podem ser assimilados como políticos, como ilumina Jane Mansbridge (2009).

Três anos depois deste debate inaugural, em 23 de outubro de 2017, a jornalista publicou em seu perfil na rede social Instagram⁷ uma peça publicitária de divulgação de um coletor da marca Fleurity, com o seguinte slogan: “Oi, pessoal que tem útero!”, como pode ser observado na imagem a seguir:

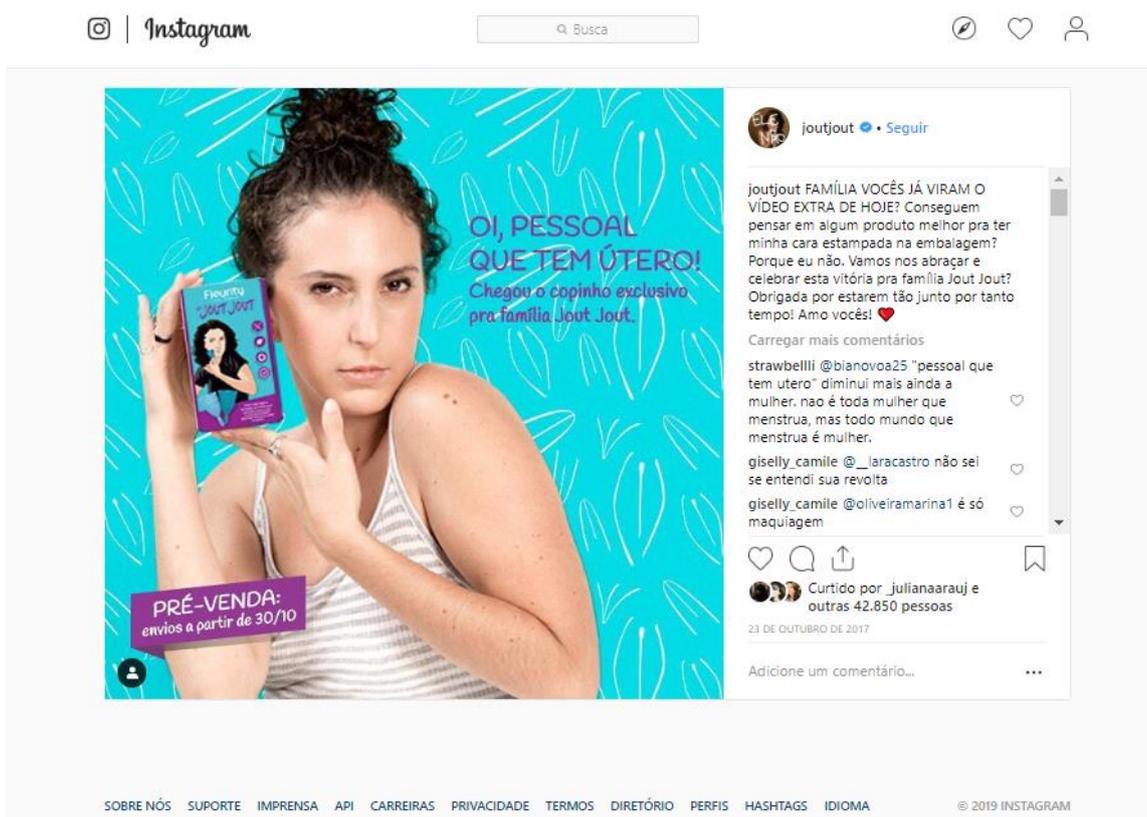


Figura 1: Post de divulgação do coletor da marca Fleurity - 2017

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bal-T4wHYIu/>

A publicação – que recebeu 43.040⁸ curtidas e milhares de comentários – suscitou intenso debate acerca do slogan utilizado. Sem pretensões de reducionismo, elencamos aqui pelo menos duas divisões que nos interessam: de um lado um grupo defendia que a 1) a sentença invisibilizava mulheres cisgêneras e do outro comentários que 2) celebravam a postagem por considerá-la inclusiva, já que abarcaria, também, homens transexuais.

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/joutjout/>>.

⁸ Até a data de 23 de setembro de 2019.

Nesse contexto, analisamos o debate político empreendido nos comentários e os argumentos mobilizados para defender os posicionamentos acerca do caráter inclusivo ou excludente do post. Para analisar os discursos que emergem nesta cena política, nos ancoramos na visada habermasiana, que compreende o conceito de discurso como uma troca pública de razões (HABERMAS, 1984), ou seja, a construção racional de argumentos para defender certo ponto de vista. Acerca da argumentação pública online, nos ancoramos na discussão de Rousiley Maia (2015) sobre a possibilidade de instrumentalização destas arenas para mobilização e estímulo de discussões na esfera civil, assim como para afetar a esfera política formal. Nesta arena, os sujeitos se tornam consumidores-produtores-comentaristas dos debates que os interessam, por meio de variadas formas de interação comunicativa – o que inclui conversações cotidianas, como a empreendida no material que analisamos.

METODOLOGIA

Para apreender os sentidos mobilizados durante a discussão na postagem em questão, lançamos mão da análise de conteúdo segundo Bardin (1977), pensamos este método profícuo por conta de sua configuração, uma vez que na AC as categorias emergem a partir da própria empiria e no intuito de sistematizar os comentários acerca do slogan e compreender quais eixos argumentativos e/ou temáticas, emergem da discussão.

A AC é um método que combina análise quantitativa e qualitativa, por meio da qual podemos demarcar regularidades e dispersões acerca do objeto analisado e, em um segundo momento, realizar o movimento que Bardin (1977) denomina *inferências* – a ação de interpretar os dados quantitativos em relação à realidade social na qual estão inseridos, conferindo rigor metodológico por meio do referencial teórico utilizado.

Inicialmente, coletamos 1462 comentários. Em seguida, buscamos identificar quais deles continham elementos que caracterizassem uma discussão acerca da inclusão de outras identidades de gênero ou apagamento de mulheres cisgêneras na campanha. Os comentários foram organizados em três categorias que podem ser observadas no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

Categoria	O que observar?	Subcategorias	Nº de comentários
------------------	------------------------	----------------------	--------------------------

<i>Apagamento feminino</i>	Comentários que argumentavam que a frase da campanha promovia o apagamento de mulheres ao usar “ <i>pessoal</i> que tem útero”.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reivindica gênero como sexo biológico; 2. Apagamento das identidades transmasculinas; 3. Dúvidas acerca da capacidade cognitiva de seus interlocutores 	111
<i>Inclusividade discursiva de pessoas trans</i>	Comentários que celebravam a forma inclusiva por meio da qual o slogan foi pensado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reivindica a construção social do gênero; 2. Aponta transfobia em comentários. 3. Celebra postura inclusiva da Jornalista 	94
Lacônicos	--	--	2.399

Fonte: Autores, com dados da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Mostra-se fundamental à análise do debate compreendermos as diferentes visadas a respeito do que é “ser mulher” na sociedade contemporânea. Isso porque diferentes lentes teóricas iluminam diversos modos de compreender a experiência das mulheres, modos de perceber a justiça social, as lutas empreendidas e o modo como seus corpos são atravessados por relações de poder e resistência. Para isso, desenvolvemos dois subtópicos que buscam refletir sobre essa questão.

O que significa “ser uma mulher”? Diferentes perspectivas acerca do sujeito do feminismo no Ocidente e no Sul Global

O primeiro ponto, situado no campo da filosofia feminista, irrompe nos escritos da filósofa Simone de Beauvoir. Em *O Segundo Sexo* (1986), Beauvoir reflete acerca do modo pelo qual a definição “feminilidade” afeta a vida das mulheres em vias de atravessar suas possibilidades e o mundo que lhes será apresentado, como visível no trecho a seguir: “Em que o fato de sermos mulheres terá afetado a nossa vida? Que possibilidades nos foram oferecidas, exatamente, e quais nos foram recusadas?” (BEAUVOIR, 1986, p. 26).

Para analisar as raízes deste assujeitamento, a autora também discute como se deu a construção social do “sujeito mulher”. Iluminando o fato de que, historicamente, quem detinha o poder de fala e posteriormente a legitimidade do discurso científico foram sujeitos masculinos, Beauvoir (1986) argumenta que as mulheres não tiveram o direito de

autodefinição, tendo sido definidas, externamente, pelo sujeito masculino. Desta forma, segundo a autora, a mulher não era vista a partir dela mesma, mas sempre em relação ao homem. Tornando-se, desta forma, o “outro” desde sujeito masculino.

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (...) A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. **O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro** (BEAUVOIR, 1986, p. 14, grifo nosso).

Não obstante ao fato de tratar-se de um clássico da filosofia feminista do século XX, os escritos de Beauvoir falam de uma realidade europeia e, portanto, não podem ser tomados como inerentes à experiência de todas as mulheres ao redor do mundo. A visada que percebe a mulher como o Outro do sujeito masculino foi, posteriormente, revisitada por Grada Kilomba (2010), que ao racializar a discussão iniciada por Beauvoir, tensionou sua conceituação de “Outro” por meio da reflexão acerca do lugar das mulheres negras neste pensamento, sob o seguinte argumento:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma.[...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2010, p. 124, tradução nossa).

A perspectiva de Kilomba (2010) está ligada a um modo de pensar o feminismo – que pode ser encontrado tanto na epistemologia do feminismo negro quanto no pensamento pós ou decolonial – para além da mulher universalizada construída pelo feminismo do Norte Global. Autoras como Chandra Talpade Mohanty (1991), e sua crítica à produção acadêmica euro-estadunidense-centrada que, segundo a autora, lança sobre as mulheres do Sul Global um olhar que as constrói como incapazes de agenciamento político; Gayatri Chakravorty Spivak (2010) e a discussão acerca da autoimolação das mulheres indianas; María Lugones (2008) e a análise dos constructos de gênero como uma ferramenta colonialista para desautorizar, a partir de alianças com homens nativos, as lideranças políticas femininas nas Américas e Avtar Brah (2006) com a demarcação das categorias de diferença, diversidade e diferenciação que, atreladas à experiência, ampliam as possibilidades de percepção acerca dos atravessamentos entre gênero e racismo.

O diferencial das perspectivas feministas pensadas a partir do Feminismo Negro, como Kilomba (2010), e do Sul Global, como as demais autoras citadas acima, se conecta ao fato de

que questões de gênero não podem ser analisadas separadamente de questões de raça, etnia, classe social e geopolítica. Desta forma, os feminismos que emergem das experiências de mulheres tomadas como subalternizadas pelo feminismo ocidental se querem antirracistas, anticapitalistas, anticolonialistas e estruturados de forma horizontal.

A desestabilização dos conceitos de Gênero e Sexo

Na mesma esteira de crítica à construção do conceito de feminilidade, mas ligada a um pensamento de matriz pós-estruturalista, Judith Butler (2003) defende que a primeira violência à qual os corpos femininos são submetidos é a própria interpretação de que aquele sujeito que acaba de nascer é definido pelo órgão sexual que carrega.

Determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da *genealogia feminista* da categoria das mulheres. No decurso desse esforço de questionar a noção de “mulheres” como sujeito do feminismo, a invocação não problematizada dessa categoria pode *impedir* a possibilidade do feminismo como política representacional (BUTLER, 2003, p. 25).

A crítica butleriana acerca de uma noção não problematizada da “noção de mulher” reflete do seguinte fato: a construção de uma conceituação rígida do sujeito “mulher”, ao contestar seu local de “outro” e autodefinir-se, precisa estar sensível para a não-universalização destes sujeitos - movimento que apagaria especificidades de experiências e excluiria àquelas que não se enquadrassem no padrão reconhecido pela normatização destes sujeitos, estabelecendo relações de dominação entre mulheres.

Estruturas naturalizadas no cerne da sociedade, como o corpo, o sexo e o próprio sistema binar complementar entre os gêneros (macho x fêmea) são construções sociais e culturais que estão sendo complexificadas – e porque não desconstruídas? – graças às reflexões de filósofos contemporâneos. Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler (2003) reitera a necessidade de dissolver a relação compulsória entre sexo/gênero/prazer. Para ela, seria a ordem heteronormativa a força capaz de produzir uma noção de estabilidade a partir dessa oposição entre masculino x feminino, que entendemos ser uma noção falsa de estabilidade.

Butler (2003) afirma que compulsoriamente somos levados a manter esse sistema falocêntrico por meio da performatividade: atos – advindos da ambiência cultural e da construção social como repetições comportamentais, vestuários e gestos – que reforçam a construção dos corpos que entendemos como masculino e feminino.

Butler (2000, p.111) afirma que “o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder”. Para a filósofa americana, o não gênero não pode ser tomado como estrutura de um sistema sociocultural rígido, imposto a uma “superfície da matéria” (corpo/sexo). “Ao invés disso, uma vez que o próprio ‘sexo’ seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória” (BUTLER, 2000, p.111). Nesta perspectiva, o sexo é aquilo pelo qual um sujeito é qualificado, é por meio dessas normas de estratificação que alguém se torna viável para determinado sistema sociocultural (BUTLER, 2000).

A esse sistema de controle, e repressão (?), Butler (2000) denomina *reformulação da materialidade dos corpos* e pontua algumas questões a serem consideradas sobre o funcionamento dessa matriz excludente: 1) em virtude da dinâmica de poder, as normas regulatórias ditam as regras do corpo e incidem pressões sobre a materialização e significação de sua performatividade; 2) por meio do constrangimento, o poder discursivo sobre o que o sujeito pode ou não ser é constantemente reiterado, ou seja, se é aquilo que estamos condicionados a ser e não aquilo que nos traz à existência; 3) artificialmente imposto, o sexo é constituído a partir de uma materialização imposta culturalmente e não mais como um dado corporal; 4) subverter a forma como entendemos a assimilação – apropriação ou adoção – de uma norma corporal; 5) ao se posicionar como esse ou aquele sujeito, ou no campo sexual como esse ou aquele sexo, é necessário pontuar que estamos utilizando dos meios discursivos impostos pela heterossexualidade, logo, em processo de impedimento e negação de identificações díspares (BUTLER, 2000). Desta forma, pensar as diferenças se mostra central para análise do modo pelo qual compreende-se quem são mulheres, quais podem falar, quais são contempladas pelos ativismos na internet e quais sujeitos são silenciados, invisibilizados, desautorizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da categorização e teorização, explicitada acima, o passo seguinte foi a investigação dos sentidos articulados nos argumentos de cada uma das categorias analíticas – excluindo os comentários lacônicos, que não dizem respeito à discussão em questão. Deste

modo, apresentaremos a seguir a análise e discutiremos os resultados de cada uma das categorias.

Categoria Apagamento Feminino

Como supracitado, esta categoria é composta por 111 comentários de seguidores que percebem a frase como apagamento da mulher de debates que só a elas seriam concernentes, ou seja, consideram todas as pessoas que têm útero como mulher. Desta categoria, emergiram três subcategorias analíticas: (1) Reivindica gênero como sexo biológico; (2) Apagamento das identidades transmasculinas; (3) Dúvidas acerca da capacidade cognitiva de seus interlocutores.

Os comentários que emergiram na primeira subcategoria – *(1) que reivindica gênero como sexo biológico* –, têm como centralidade contestar o sentido do slogan *Oi, pessoal que tem útero!*, sob o argumento de substituição da palavra “pessoal” pela palavra “mulher”. Como nos exemplos a seguir: “Pessoal que tem útero são mulheres! Basta de invisibilidade a mulheres até nos assuntos que dizem respeito a elas!”; “Também conhecidas por: mulheres”; “essa palavra ofende macho que se sente excluído né miga, não pode mais usar”; “Pessoal que tem útero? É mulher!”.

Esta categoria notadamente agressiva defende que o slogan invisibiliza as mulheres enquanto grupo oprimido, a medida em que compreendem que o gênero está atrelado ao sexo biológico, então, para as comentadoras, não faz sentido não chamar de mulher uma pessoa que possui útero, um órgão que está ligado socialmente ao sujeito mulher.

Já na subcategoria *(2) Apagamento das identidades transmasculinas*, percebemos recorrente negação da identidade de homens transexuais, com base no argumento fundado em uma visão binária e fixa das identidades. Como nos exemplos abaixo: “Homem trans não existe”; “homens trans deixa de ser mulher perante a sociedade?”; “Existem homens trans”? Meu bem, não existe ‘homem trans’ não...”.

Estes comentários acima dialogam com o feminismo de vertente radical, um viés do feminismo que é marcadamente materialista e binário.

E, por fim, na subcategoria *(3) Dúvidas acerca da capacidade cognitiva de seus interlocutores*, os comentários destacavam uma possível falta de conhecimento ou saber considerado necessário para debater sobre o tema. Exemplos: “Tadinha, é burra”; “Conhecimento, basicamente”.

Dentre os comentários analisados, estes configuram o grupo que menos se engaja na construção racional de um argumento para defender sua perspectiva, resume a discussão a falta de conhecimento que atribuem aos seus interlocutores.

Categoria inclusividade discursiva de pessoas trans

Esta categoria é composta por 94 comentários de seguidores que celebravam a forma inclusiva por meio da qual o slogan foi pensado. Desta categoria, emergiram três subcategorias analíticas: 1. Reivindica a construção social do gênero; 2. Aponta transfobia em comentários; e 3. Celebra postura inclusiva da Jornalista.

Esta categoria contempla comentários de seguidores que percebem a frase como inclusiva. Na primeira subcategoria que (1) *Reivindica a construção social do gênero*, identificamos um questionamento acerca da construção social de gênero e uma tentativa de desestabilização do conceito hegemônico de gênero, como nos exemplos: “Eu tenho útero. Eu sou mulher? Vamos seguir a nossa vidinha e problematizar menos... Te desejo muita luz”; “Ah é? E o apagamento trans como fica? Homens trans também menstruam, anjo. ‘Pessoas que têm útero’ engloba os dois grupos, qual é o problema nisso?”; “E tem homens que também têm útero (homens trans), aí devem escrever MULHERES no anúncio pra ti se sentir melhor mesmo que isso exclua um grupo enorme de pessoas?”.

Esses comentários reivindicam a ampliação da discussão levantada pelos comentários que dialogam com as feministas radicais em vias de abranger sujeitos outros para além do sujeito reconhecido pelo feminismo radical.

Os comentários da segunda subcategoria que (2) *Aponta transfobia em comentários* percebem os comentários da categorias anteriores como “transfóbicos”, uma vez que, ao negar sua existência e apagar suas vozes, estão negando-lhes a identidade que reivindicam. Podemos observar nos exemplos: “Você escreveu ‘E sim, se você não transicionou vc não é trans’. Besteira. Alguém é trans a partir do momento que não se identifica com o sexo biológico. Eu sou um homem trans, tenho 14 anos. Tenho útero e continuo sendo homem trans. Eu não transicionei ainda, e continuo sendo um homem trans. Pessoas que citam coisas como você, são no mínimo ignorantes. (...) É claro que transfobia vai acontecer nessa sociedade atrasada e movida a sendo comum e hipocrisia, mas você só está colaborando para isso acontecer. Você não é obrigada a aceitar, porém eu também não. Então te digo que é falta de respeito e informação. Transfobia.”; “Ser transfobica mesmo tendo conhecimento é pior do que ser transfobica por ignorância.”

A terceira – e última – subcategoria diz respeito a comentários que (3) *Celebram a postura inclusiva da jornalista*. Embora em menor número que os comentários que a criticam, estes aqui discutidos receberam um número consideravelmente maior de curtidas do que as críticas ao slogan, como podemos observar: “Lindo vc ter falado ‘pessoal que tem útero’ e não ‘mulheres’ <3>”; “Na verdade é inclusão [emoji] nem só moças tem útero, homens trans também tem, por exemplo”; e “Tem pessoas não bináriaa, pângenero, intersex... É inclusão oq que a JoutJout tá fazendo”.

Em relação às respostas aos comentários da categoria anterior, pudemos observar que as seguidoras que defendiam a perspectiva inclusiva adotada pela jornalista se esforçaram no sentido de promover uma discussão saudável e sem ataques morais a suas interlocutoras - o que não aconteceu na categoria que defendia que a publicação promovia o apagamento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que este artigo representa apenas um movimento de pesquisa exploratória no campo aqui apresentado. Portanto, pensamos relevante iluminar que o material coletado apresenta nuances que não foram apresentadas e tampouco discutidas neste trabalho inicial. Não obstante, o caso analisado demonstra-se exemplar para refletirmos sobre como a internet pode tornar-se uma arena para mobilização de discursos e engajamento de discussões na esfera civil sobre temas compreendidos socialmente como tabus, restritos ao âmbito construído como privado, mas que dizem respeito a uma coletividade e podem adquirir o status político, portanto, a questão aqui levantada se mostra profícua do ponto de vista da análise das práticas ativistas na internet. No entanto, por tratar-se de uma arena, ou uma esfera pública virtual (MAIA, 2008), na qual sujeitos em interação expressam seus discursos políticos, não se configura apenas como espaço de luta de grupos minoritários, mas também daqueles que utilizam suas possibilidades para alimentar sistemas excludentes, suscitar desrespeitos (MAIA e REZENDE, 2018), disseminar discursos de ódio (MATHEW *et. al.*, 2019) e promover ataques políticos tanto na esfera formal (ROSSINI, *et. al.*, 2018) quanto nas interações cotidianas, tal qual analisamos neste trabalho.

Os resultados apontam para uma heterogeneidade de entendimentos acerca do que é ser mulher. No que concerne a esta pesquisa, destacamos dois principais: um que relaciona gênero a sexo, ou seja, que entende que mulher é quem nasce com o órgão sexual feminino,

portanto, dialoga com uma perspectiva biologizante, universaliza os sujeitos, desconsidera as experiências individuais e nega as sexualidades e identidades dissidentes de gênero.

Outro entendimento identificado nesta pesquisa dialoga com uma postura inclusiva, que compreende o ser mulher para além de uma construção social hegemônica de gênero e sexo, tensionando as falas das interlocutoras consideradas homofóbicas e celebrando a iniciativa da jornalista JoutJout.

No que tange a postura dos interlocutores, identificamos que umas pessoas adotam uma atitude neutra, sem entrar em tensão ou questionar, inserindo-se pouco no debate. Por outro lado, faz-se necessária uma crítica à atuação de pessoas que, apesar de participarem ativamente do debate, se identificam com uma postura que dialoga com a da feminista radical na internet, uma vez que estas ativistas, em vias de defender o que elas compreendem como conceito de “mulher”, acabam promovendo apagamentos, silenciamentos e violências contra pessoas transexuais.

Desta forma, pensamos relevante olhar para os ativismos que dialogam com os feminismos, especialmente no Brasil e na América Latina, a partir de uma epistemologia que não perceba as mulheres como um grupo monolítico, mas plural, formado e atravessado por questões sociais, políticas e históricas plurais. Seguindo esta linha de pensamento, defendemos a perspectiva decolonial como a mais produtiva para olhar para os fenômenos sociais, uma vez que esta lente teórica não busca enquadrar sujeitos em categorias analíticas que não os contemplem. Em contrapartida a isso, a decolonialidade se mostra profícua por seu modo de pensar os sujeitos e suas práticas, sem criar hierarquias específicas para análise dos discursos, dos comportamentos, das práticas políticas, mas buscando analisá-las a partir da realidade concreta na qual estão incluídas.

Por fim, defendemos que olhar para interações políticas online, manifestadas por meio do discurso, nos abre um leque de possibilidades para compreender não apenas os modos de ativistas agirem na internet, mas também as relações de poder, empoderamento, resistência e solidariedade que atravessam sua prática política.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

BRAH, Avtar. Diversidade, diferença, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26. p. 329-376, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 111-125. Disponível em: Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/23533422/2051757923/name/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. Volume I. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984. p. 30-42.

KILOMBA, Grada. **Planation Memories**. Episodes of everyday Racism. Unrast. Budapest: 2010.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAIA, R.; ROSSINI, P.; OLIVEIRA, A. 2016. Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva. In: JESUS, E.; TRINDADE, E.; JANOTTI JR, J.; ROXO, M. (org). **Reinvenção Comunicacional da Política**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the media**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. 1 ed., São Paulo, 2018.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Angela C. Salgueira (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MATHEW, Binny et al. **Spread of hate speech in online social media**. In: Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science. ACM, 2019. p. 173-182.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1991.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Tradução: Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.